



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23104.032921/2021-10

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ____/2022-UFMS

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
DE USO DE ESPAÇO FÍSICO CELEBRADO ENTRE A
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL E A EMPRESA

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na Av. Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário, na cidade de Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.461.510/0001-33, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Augusto Cesar Portella Malheiros, nomeado pela Portaria nº 1.169 de 28 de setembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1144834, doravante denominada CONCEDENTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23104.032921/2021-10, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO**, com a finalidade específica de exploração de serviço de **LANCHONETE**, decorrente do Pregão nº 09/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Concessão Administrativa Onerosa de Uso de Espaço Físico não edificado para exploração comercial de serviços de lanchonete, por meio da disponibilização de trailer fixo a ser instalado pela CONCESSIONÁRIA na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus de Campo Grande, envolvendo a concessão 4 (quatro) espaços físicos, em área total de 60 m² cada**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

Item	CATSER	Descrição	Unid. de Medida para os Produtos	Valor da Cesta de Produtos	Unid. para a Concessão	Qtd	Taxa de Monitoramento	Taxa de Ocupação	Taxa de Coleta de Resíduos	Valor Mensal Estimado da Concessão	Valor Total Estimado da Contratação (Valor de 30 meses)
1	15210	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FAODO)	Cesta de Produtos	R\$	Mês	30	R\$ 135,57	R\$ 211,20	R\$ 3,32	R\$ 350,09	R\$ 10.502,70
2	15210	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Bloco FACOM)	Cesta de Produtos	R\$	Mês	30	R\$ 135,57	R\$ 211,20	R\$ 3,32	R\$ 350,09	R\$ 10.502,70
3	15210	Concessão de área física de 60 m² (Área identificada na Planta Baixa Campus UFMS - Multiuso II/NUTRIÇÃO/INBIO)	Cesta de Produtos	R\$	Mês	30	R\$ 135,57	R\$ 211,20	R\$ 3,32	R\$ 350,09	R\$ 10.502,70
4	15210	Concessão de área física de 60 m² (Área	Cesta de Produtos	R\$	Mês	30	R\$ 135,57	R\$ 211,20	R\$ 3,32	R\$ 350,09	R\$ 10.502,70

identificada na
Planta Baixa do
Campus UFMS -
Corredor Central
entre
FAENG/AGETIC)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços objeto da concessão administrativa de área física tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.7. O prazo para início da execução é aquele estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES

3.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são aquelas definidas no Termo de Referência.

3.2. Demais condições:

3.2.1. O espaço deverá destinar-se única e exclusivamente à prestação de serviços de **LANCHONETE**.

3.2.2. Alterações ou modificações no espaço físico oriundo desta concessão, tais como obras, instalações elétricas, iluminação, rede de internet, telefone, etc., são de inteira responsabilidade da empresa e devem ser acompanhadas por um profissional capacitado para a mesma e submetida à aprovação prévia da CONCEDENTE, **conforme disposto no item 7.8 do Termo de Referência, anexo do Edital**.

3.2.3. A Concessionária é responsável por conscientizar e identificar seus empregados sobre as condutas adequadas às normas éticas da UFMS, bem como quanto a obrigatoriedade de observância às Normas de Segurança do Trabalho e da utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).

3.2.4. A Concessionária é corresponsável pelas condutas éticas de empregados no âmbito da UFMS, devendo contribuir para o uso racional dos recursos públicos e o zelo ao patrimônio público, sob pena de cominação criminal individualizada, além das medidas administrativas em desfavor da Contratada. (Incluído em atendimento às medidas de tratamento de riscos à integridade estabelecidas no Plano de Integridade desta Universidade, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 132, de 15 de julho de 2019, devidamente publicada no Boletim Oficial nº 7084).

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

4.1. Os termos, cláusulas e condições deste ajuste poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, nas situações e limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93, observando o interesse público; excetuada a vigência, conforme prevista na CLÁUSULA SEGUNDA.

4.2. Na hipótese da ocorrência, na forma da lei, de sub-rogação, cisão ou incorporação da **CONCESSIONÁRIA**, deverá ser celebrado ajuste contratual específico, observados os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 e outras disposições aplicáveis, respeitadas as mesmas condições previstas neste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES E DO REAJUSTE

5.1. O valor mensal ajustado pela concessão onerosa de uso do espaço físico descrito na Cláusula Primeira é de **R\$ 350,09 (trezentos e cinquenta reais e nove centavos)**.

5.1.1. O valor mensal decorrente da concessão onerosa do espaço físico poderá ser reduzido pela **CONCEDENTE a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal nos meses de recesso escolar (Janeiro e Julho) e quando ocorrerem paralisações superiores a 15 (quinze) dias, conforme previsão constante no Termo de Referência**.

5.1.2. Em caso de greve da **CONCEDENTE** ou em outros períodos em que a **CONCESSIONÁRIA** não funcione por força maior, a requerimento expresso da **CONCESSIONÁRIA**, o valor pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa poderá não ser cobrado a critério da **CONCEDENTE**.

5.2. O valor total ajustado, pelo período de vigência deste contrato, na data de sua publicação, corresponde a **R\$ 10.502,70 (dez mil, quinhentos e dois reais e setenta centavos)**.

5.3. As regras acerca do reajuste de preços do valor da concessão onerosa do espaço físico e dos itens constantes na cesta de produtos são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.4. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

5.5. A CONCESSIONÁRIA deverá recolher mensalmente o valor da concessão de uso do espaço, composto pelos valores das taxas de ocupação, de monitoramento e de coleta de resíduos, e dos consumos dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de água e de coleta e tratamento de esgoto, através de depósito pela Guia de Recolhimento da União, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência.

5.6. O pagamento a que se refere o item anterior deverá ser feito no prazo estabelecido no Termo de Referência, sendo que após este prazo será constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de multa sobre o valor em atraso, inclusive com a incidência de juros previstos em lei, conforme o estabelecido no Termo de Referência.

5.7. O atraso no pagamento por período superior a 03 (três) meses, consecutivos ou alternados, dará ensejo à CONCEDENTE de providenciar a imediata restituição do espaço objeto da concessão, ficando desde já ciente a CONCESSIONÁRIA independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

5.8. Para efeito de controle e recebimento, os meses deverão ser considerados do 1º ao último dia; no caso de início do contrato em período diferente, deverá ser recolhido o valor do início até o último dia do mês.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DO ESPAÇO

6.1. Findo o contrato, a CONCESSIONÁRIA compromete-se a devolver à CONCEDENTE o espaço objeto deste Contrato, conforme estabelecido pelo item 11.22 e 11.23 do Termo de Referência.

6.2. O não atendimento do item acima dará ensejo à CONCEDENTE de promover a desocupação extrajudicial, sem necessidade de determinação judicial.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. A CONCEDENTE, através de servidor designado, acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, na conformidade do disposto no art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

7.2. O regime de execução do objeto a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. Incumbirá à CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

10.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

11.5. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do espaço à CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

11.5.1. vier a ser dado à área concedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;

11.5.2. houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Concessão;

11.5.3. ocorrer renúncia à concessão ou se a(o) CONCESSIONÁRIA deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

11.5.4. houver, em qualquer época, necessidade de a CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato;

11.5.5. ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Campo Grande/MS - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da

Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em via digital, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Campo Grande, MS.



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Jacintho da Silva, Secretário(a)**, em 04/05/2022, às 16:10, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3259127** e o código CRC **6D7ADBE2**.

SECRETARIA DE LICITAÇÕES

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.032921/2021-10

SEI nº 3259127